

O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (ANA): BREVE RELATO

Edson Vieira da Silva

Universidad de la Empresa (UDE) – edsonvieira74@outlook.com

1. Início de conversa

A avaliação de políticas e programas na área educacional emerge num contexto peculiar de transformações da sociedade contemporânea, marcada pela reestruturação produtiva do capitalismo e a concomitante reforma do Estado. Tais transformações deram nova feição às políticas educacionais, via programas de estabilização monetária, ajuste estrutural, reformulação do papel do Estado e redesenho das políticas públicas. LANARA GUIMARÃES DE SOUZA

Este ensaio trás um breve relato acerca da inserção da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que pretende alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do ensino fundamental. De modo que o seu objetivo básico é acompanhar a efetivação da política pública de formação docente e a reflexão da mesma no dia a dia das escolas, por meio de assistência aos professores que concordaram com esta proposta.

É sabido que a avaliação educacional em larga escala, no Brasil, já faz parte do dia a dia dos docentes e da maioria da população inserida ou não no sistema de ensino. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) instituído em 1990 e tem como objetivo realizar uma análise da educação básica brasileira e de alguns elementos que possam intervir no desempenho do estudante, oferecendo um indício sobre a qualidade do ensino ofertado. Com isso tem reverberado, de diferentes proporções e intensões, tanto sobre a construção acadêmica quanto sobre o desempenho das escolas e as rotinas pedagógicas. Atualmente o mais recente membro do SAEB é a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), e esta por sua vez associada ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído no ano de 2012 pelo Governo Federal. Pelo fato de integrar o SAEB e compor o pacto provoca no contexto das políticas curriculares e de avaliação uma aparência particular.

Sob outra perspectiva, a ANA tem como um de seus objetivos “garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2012), já que é apontada pelo programa como uma das metodologias a serviço do professor para monitorar os conhecimentos adquiridos pelas crianças. Nessa perspectiva, refere-se basicamente ao programa de formação continuada de professores alfabetizadores, mais uma atuação complementar do PNAIC.

Em virtude da ANA, apontando-a, inicialmente, no cenário do SAEB e, logo depois, no contexto do PNAIC, e contestando-a com pilar em estudos que investigam o resultado que as políticas de avaliação em larga escala têm gerado sobre a educação no Brasil. A ANA, como

componente do SAEB e como ação cedida ao professor alfabetizador, gera resultados sobre o monitoramento do trabalho pedagógico e confirma o comprometimento da escola e do professor pelas repercussões da educação pública a que por certo tem direito a população e que, nesse caso, dado a especificidade de indutor de currículo da avaliação.

2. A Avaliação Nacional da Alfabetização e o Sistema de Avaliação da Educação Básica

Instituída pela Portaria nº 482, de 07 de junho de 2013, a ANA passa a constar como parte integrante das modalidades de avaliação no SAEB. Esta modalidade de avaliação destina-se a aferição de conhecimentos em Língua Portuguesa e Alfabetização Matemática aos alunos do 3º Ano do Ciclo Inicial de Alfabetização do Ensino Fundamental. Tem por objetivo medir o desempenho dos alunos em larga escala no que se considera uma educação de qualidade.

Todavia, sabe-se que este tipo de procedimentos nunca definiu a qualidade na educação. Oliveira e Araújo (2005), diz que foram dados vários significados para qualidade educacional para que acontecesse a universalização da rede pública no Brasil. Com isso o que indicava a qualidade na educação pública era o acesso, isso possibilitou o desdobre para a ampliação das vagas, ou seja, a movimentação escolar é o que estabelecia a pretensão pela qualidade.

Para Anderson (2005), essa situação retrata três tipos de situação que faz com que o professor seja responsabilizado pelo cenário atual no que tange a educação de qualidade, sendo: a primeira atinge com menos intensidade são as legislações que regulamenta a profissão de professor, isso de acordo com o desempenho dos discentes da escola, baseando-se nas características dos mesmos. Em seguida tem-se a que diz respeito a legislações, normas e condutas inerentes aos professores, neste sentido, o professor é responsabilizado independente da aceitação ou não dos padrões estabelecidos. E por último com maior ênfase, o professor é responsabilizado com base nos resultados obtidos pela escola no que diz respeito ao desempenho dos alunos referindo-se a aprendizagem. Neste contexto, a responsabilização do professor se dá diante de seus pares e conseqüentemente diante do público comum.

É significativo a atribuição de responsabilidades realizada pela ANA, além de se apoiar nos testes de desempenho, esta por sua vez prova o empenho efetivado pelas escolas com o intuito de incentivar os professores para alcançar o objetivo principal da ANA que é alfabetizar todas as crianças até os 08 anos de idade, onde encerra-se o Ciclo da Alfabetização. Contudo o que conta com o cumprimento desse objetivo não é somente premiar, mas também as punições quando não se alcança tal objetivo, uma vez que se leva em consideração são as aprendizagens que o aluno acumula ao longo do Ciclo Inicial de Alfabetização. Nesta perspectiva, a ANA desempenha uma função geradora no que diz respeito ao monitoramento do currículo a ser desenvolvido nas escolas. Portanto a ANA assume o modelo de avaliação de segunda geração, essa modelo objetiva auxiliar na “movimentação da equipe gestora e docente para o avanço da educação, assim como a influência dos pais e da comunidade sobre a escola” (BONAMINO; SOUZA, 2012.). Fala-se em avaliação de segunda geração por se tratar de um diagnóstico que vai além da medição da qualidade da educação.

O que se entende por qualidade da educação e da alfabetização, nos programas, metas e ações definidas por organismos internacionais e em políticas públicas brasileiras? Qualidade para quem? Em relação a que finalidade? A serviço de que ou de quem? (MORTATTI, 2013, p.24)

Para tanto a ANA dispõe de seus resultados para as escolas que realizam a avaliação. Esses resultados são oferecidos através de boletim, neste contém um resumo da verificação do desempenho dos alunos e algumas informações adquiridas através de um questionário acerca da situação sociodemográfica, esse resultado favorece a escola na sua autoavaliação e na reorganização de suas ações didático – pedagógicas, com isso fornece também dados à comunidade escolar de maneira que a mesma acompanhe e monitore o trabalho das escolas. Vale ressaltar o comprometimento dos professores do Ciclo Inicial de Alfabetização pelo cumprimento no desempenho dos alunos, com isso assume também a responsabilidade com colegas de trabalho e comunidade escolar em geral.

Mais que as características já citadas, a ANA oferece um recurso inédito que a torna diferente dos outros modelos de avaliação incluídos ao SAEB e certifica o cunho gerador de um novo currículo com base nesse cenário, a ANA apresenta-se auxiliada pelo PNAIC que é um programa de formação docente, tendo este um currículo explícito.

3. A Avaliação Nacional da Alfabetização âmbito do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa

De maneira progressiva está acontecendo à disseminação das informações referente ao desenvolvimento dos alunos, mesmo sendo alunos que já saíram da escola e daqueles que ainda se encontram na escola, tais informações são correlacionadas às habilidades de leitura, escrita e alfabetização matemática, todos os dados citados tem mostrado de forma clara a ineficiência da escola, de maneira explícita aponta a necessidade urgente do PNAIC.

O PNAIC, programa de formação docente, que entre outras ações inclui o monitoramento da aprendizagem de conteúdo específico, realizado através da Provinha Brasil realizada pelos alunos do 2º Ano do Ciclo inicial de Alfabetização, e pela verificação da aprendizagem em Língua Portuguesa e Alfabetização Matemática ao final do 3º Ano do Ciclo Inicial de Alfabetização, tal verificação acontece por intermédio da Avaliação Nacional da Alfabetização ocorrida inicialmente em 2013.

A realização da ANA no âmbito do PNAIC, sendo este um programa de formação docente, ocorreu em um formato que responde ao objetivo do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que é alfabetizar as crianças até, aos oito anos de idade, analisando os rendimentos da ANA.

alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano; e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano. (PNE, 2014)

O PNAIC como política de formação docente se estabelece como ferramenta de gestão, mobilização e controle social, tal como era previsto pela legislação. Sabe-se que os eixos que constitui o PNAIC são: 1- formação continuada de professores; 2 - materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; 3 - avaliação; 4 - gestão, controle e mobilização social.

Em 2013, passou a compor o SAEB um novo tipo de avaliação, que se direciona especificamente aos alunos do 3º Ano do Ciclo Inicial de Alfabetização (ANA) tendo esta avaliação como objetivo central averiguar as conjunturas do Ciclo de alfabetização ofertado as redes públicas. Depara-se mais uma vez com a avaliação com o intuito de oferecer informações acerca da qualidade da educação, e ao mesmo tempo, da qualidade da alfabetização que é ministrada nas redes públicas de ensino.

A efetivação da ANA no cenário do PNAIC no dia a dia do Ciclo inicial de Alfabetização nas escolas conduz a uma concepção sistematizada, considerando o fato ou crescimento social compreendido nas suas exigências e mudanças entregues pelos indivíduos.

4. Considerações no percurso

Este ensaio propõe um estudo dos impactos das avaliações em larga escala no cotidiano das escolas públicas cujo objetivo é inserir a ANA no âmbito do PNAIC colocando-a á frente de indagações que permeiam as pesquisas a respeito das vertentes e das fragmentações das políticas públicas acerca da avaliação em larga escala no Brasil. Evidentemente, jamais há possibilidade de concluir do citado a alegação da descontinuidade da avaliação educacional como significativo componente tendo como função uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Todavia, convém uma verificação sistemática das implicações políticas, sobretudo, no que tange a organização curricular e em todo processo pedagógico. Não se pode deixar de considerar as políticas públicas educacionais organizada por um entendimento limitado de avaliação, de alfabetização e qualidade educacional. Se considerar as conjunturas onde a ANA se institui componente do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nota-se que a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) não se estabelece tal como uma categoria de avaliação para responsabilização ativa. Embora tenha seu foco na aprendizagem dos alunos, deixando ou suprimindo detalhes necessários à constituição de um cenário mais complicado a respeito de que maneira acontece à evolução inicial de alfabetização, desta forma ela se torna o resultado do desempenho escolar e acaba sendo de responsabilidade do professor.

E Em palavras gerais, conclui-se que este ensaio é unicamente um estudo prévio relativo ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que intencionou induzir posteriores pesquisas relacionada ao campo das políticas públicas educacionais, capaz de perceber a complexidade e os problemas que referem-se ao fracasso escolar visto tão somente como responsabilidade do professor e da escola.

4. Referências

ANDERSON, J.A. *Accountability in education. Education policy series*. n. 1. Paris: IPE, 2005. Disponível em: ><http://publications.iiep.unesco.org/Education-Policy-Series>>. Acesso em: 06 agos. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília: INEP, 2013b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL, Movimento Todos pela Educação. **Plataforma online**: Observatório do PNE. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>> Acesso em 28 ab. 2018.

BRASIL. Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 129, p. 22, 5 jul. 2012a. Seção 1. Disponível em:<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. **Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 17,10 jun. 2013a. Seção 1.



BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n.2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Um balanço crítico da "Década da Alfabetização" no Brasil.** *Caderno do CEDES [online]*, vol.33, n.89, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v33n89/a02v33n89.pdf>> Acesso em 03 de jun. de 2018.

OLIVEIRA, R.P.; ARAUJO, G.C. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação.** *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 5-23, jan./ abr. 2005.